

Profissional. Governo vai focar em capacitação

Bolsa-Família estadual fica para depois

Números da pobreza

964,4 mil

É o número de pessoas pobres vivendo no Espírito Santo, de acordo com os critérios do Ministério do Desenvolvimento Social

271,6 mil

É o número de pessoas extremamente pobres (ou indigentes) no Estado, também de acordo com o ministério

12,3% dos capixabas viviam abaixo da linha da pobreza em 2009

(renda per capita domiciliar inferior a **R\$ 140,00** por mês)

3,3% dos capixabas viviam abaixo da linha da extrema pobreza

(renda per capita domiciliar inferior a **R\$ 70,00** por mês)

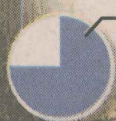
Renda média

51% das famílias capixabas fazem parte da **classe média**

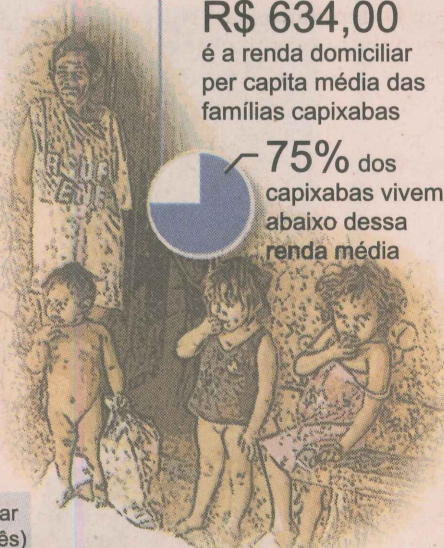
(renda domiciliar per capita entre **R\$ 300,00** e **R\$ 1.280,00** por mês)

R\$ 634,00

é a renda domiciliar per capita média das famílias capixabas



75% dos capixabas vivem abaixo dessa renda média



Grau de cobertura do Bolsa-Família no Estado

No Estado, o Bolsa-Família só chega realmente para **81%** das pessoas inseridas no CadÚnico – as quais, portanto, estão habilitadas a receber a bolsa

Entre os **15%** mais pobres, a cobertura média do programa é de **47%**. O índice é inferior ao de Estados com incidência de pobreza parecida com a do Espírito Santo: **60%** no Rio e cerca de **55%** no Paraná

Também há disparidades na cobertura do programa entre os municípios. Em Vila Velha, por exemplo, a cobertura é de pouco mais de **40%** em relação ao número total de pobres

Já em Vitória, a cobertura chega a **120%**. Isso quer dizer que o benefício chega a um número de pessoas maior do que o número de pobres estimados pelas pesquisas

Estudo mostra que complementação de renda pouco ajudaria na erradicação da miséria no Estado

VITOR VOGAS

vvogas@redegazeta.com.br

■ ■ Aumentar o valor do benefício pago às famílias pobres pelo Bolsa-Família terá um impacto mínimo na redução da pobreza do Espírito Santo – e menor ainda na erradicação da miséria. Essa é a principal conclusão da “Avaliação de impacto das transferências de renda sobre a pobreza do Espírito Santo”, estudo divulgado ontem pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).

Prestes a lançar o plano estadual de combate à pobreza, o governo de Renato Casagrande (PSB) cogita incluir no plano um programa de transferência direta de renda para complementar a bolsa paga pelo governo federal – o chamado Bolsa-Família estadual. Para orientar a decisão, encomendou o estudo ao instituto. Segundo o secretá-

rio de Assistência Social, Rodrigo Coelho (PT), o resultado não leva o governo a descartar um programa de complementação de renda com recursos do Estado. Mas o estudo mostra claramente que é muito mais eficaz ampliar o número de beneficiários do Bolsa-Família do que aumentar o valor dos benefícios.

Por isso, uma das prioridades do governo na fase inicial do plano será ampliar a cobertura do Bolsa-Família no Estado, isto é, melhorar a eficiência do programa. O estudo revela que hoje ele não chega como deveria aos capixabas que mais necessitam.

“ Se só aumentássemos o valor do benefício, teríamos de investir mais de R\$ 100 milhões por ano para ter um impacto de redução de apenas um ponto percentual”

ANA PAULA VESCOVI

DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO JONES

Entre os 15% mais pobres, o grau de cobertura é de só 47%, índice inferior ao de Estados em situação parecida com a do Espírito Santo. Assim, menos da metade dos capixabas que vivem hoje abaixo da linha da pobreza recebem realmente alguma bolsa. Ao mesmo tempo, pessoas fora desses 15% mais pobres são beneficiadas pelo programa.

Segundo Coelho, além de aprimorar o Bolsa-Família, o plano estadual vai priorizar inicialmente duas frentes de ação: capacitação profissional e acesso aos serviços públicos, por meio do programa “Estado Presente”.

“ Está posto que a transferência de renda pela transferência de renda não resolve. É preciso gerar oportunidades, renda e acesso aos serviços para emancipar essas famílias”

RODRIGO COELHO (PT)

SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Estado é o terceiro pior do país

■ ■ O estudo do IJSN conclui que, para o governo expandir o número de beneficiários do Bolsa-Família, é fundamental um trabalho de melhoria no cadastro do programa – o CadÚnico, instrumento para identificação dos pobres –, com o objetivo de utilizar o potencial máximo da

cota a que o Estado tem direito no programa. Atualmente, o Espírito utiliza 81% do seu potencial, o que significa duas coisas:

Primeiro, que o Estado tem o terceiro pior desempenho da federação em termos de cobertura do Bolsa-Família, à frente apenas de São Paulo (79%) e Distrito Fe-

deral (73%). A média nacional é de 92%. Segundo, que 40 mil das 230 mil famílias capixabas inscritas no CadÚnico não recebem nenhum benefício, mesmo estando habilitadas para isso.

Por isso, a meta do governo é, em um ano, identificar essas pessoas e inseri-las no programa.

Ministra vem para lançamento de programa

■ ■ A ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello (PT) – titular da pasta responsável por gerir o Bolsa-Família –, confirmou presença no lançamento do plano estadual de combate à pobreza, um dos carros-chefes da administração de Renato Casagrande. O evento será na próxima segunda, às 10h, no Palácio Anchieta. Hoje, às 17h, o secretário Rodrigo Coelho se reúne com o governador para acertar os últimos detalhes. Segundo Coelho, o Espírito Santo deve ser o primeiro Estado a lançar plano específico de combate à pobreza. Amanhã, o governo federal lança o “Brasil sem Miséria”.